



CAPÍTULO 13:

A diversidade sexual e de gênero e os centros de referência LGBT em tempos de desmontes de políticas públicas no Brasil

**Marco Gimenes dos Santos;
Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni**

Introdução

Este texto é resultado de uma pesquisa de doutoramento na área de políticas públicas e Serviço Social, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Trata-se de uma pesquisa que investigou a diversidade sexual e de gênero e os centros de referência LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros), sob uma perspectiva de totalidade.

Optou-se pela utilização da sigla LGBT porque ela foi regulamentada no Brasil durante a 2^a Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, em 2011. Anteriormente, a sigla passou por diversas mudanças propostas pelos movimentos sociais, uma vez que suas demandas são dinâmicas. No surgimento dos movimentos sociais pela diversidade sexual e de gênero no Brasil, em 1978, falava-se em movimento gay ou homossexual.

A partir de 1990, com a intensificação do neoliberalismo no modo de produção capitalista no País, foi adotada a sigla GLS, refletindo a sobre determinação do capital sobre essa luta social. Em 1995, a sigla foi alterada para GLT, visando incluir as travestis. Em 2004, os bissexuais também conquistaram representação na sigla GLTB. Na 1^a Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2008, foi pactuada, com a participação dos movimentos sociais, a sigla GLBT. Assim, somente a partir da 2^a Conferência foi estabelecida a sigla LGBT, mantida na 3^a Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2016. Dessa forma, considerando que essa pesquisa aborda os centros de Referência LGBT, tema inserido nas Políticas Públicas LGBT, decidiu-se manter a sigla LGBT.

Outras mudanças ocorreram na sigla ao longo do tempo. Em 2018, com a inclusão de intersexos, foi adotada a sigla LGTBI. Em 2019, passou-se a utilizar a sigla LGTBI+ para representar a possibilidade da inclusão de novas identidades. A partir de 2020, para representar pessoas queer, assexuais, pansexuais e não binários, utiliza-se a sigla LGBTQIAPN+. Na 4^a Conferência, prevista para 2025, adotar-se-á a sigla LGBTQIA+.

Esse evento foi convocado em 2024 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o tema *Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+*, e ocorrerá de 14 a 18 de maio

de 2025, em Brasília, Distrito Federal, Brasil. Essa convocação é relevante, considerando que a 4^a Conferência poderia ter sido realizada no governo anterior, mas foi inviabilizada por seu projeto político fascista, que impediu materialmente sua realização.

Portanto, como esta pesquisa foi elaborada antes da 4^a Conferência, opta-se por manter a sigla LGBT, utilizada desde a 2^a e 3^a Conferências. Na 4^a Conferência, poderão ocorrer debates sobre o tema, possivelmente resultando em uma nova sigla.

As justificativas para a realização de uma pesquisa sobre esse grupo socialmente estigmatizado residem no fato das violações de direitos que sofrem, inclusive o direito à vida; na pequena quantidade de estudos sobre este tema no Serviço Social; e no predomínio de abordagens que visam à preservação da sociedade em que vivemos.

Conforme o dossier “Assassinatos e violências contra travestis e transsexuais brasileiras em 2022”, publicado em 2023 pela Associação Nacional de Travestis e Transsexuais, desde 2008, o Brasil é o campeão mundial de assassinatos de pessoas trans. Dos assassinatos globais, 68% concentram-se na América Latina e no Caribe, dos quais 37,5% ocorrem no Brasil (Benevides, 2023, p. 61). De acordo com o relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais, o Brasil ocupa o 1º lugar nas Américas em número de homicídios de LGBTs.

Além da violação do direito à vida, pesquisas realizadas por assistentes sociais, tanto no âmbito internacional quanto no nacional, identificam essa e outras dimensões das vidas dessas pessoas.

Van Voorhis e Wagner (2002, p. 352-353) analisaram 77 artigos sobre homossexualidade, publicados entre 1988 e 1997 nas quatro principais revistas de Serviço Social dos Estados Unidos (*Social Work*, *Families in Society*, *Child Welfare* e *Social Service Review*). Concluíram que a maioria dos estudos abordava a questão do HIV/aids e o processo de assumir a orientação sexual homossexual, ambos sob uma perspectiva individual. Identificaram, ainda, a escassez de pesquisas sobre o heterossexismo, as instituições e as leis que operacionalizam o estigma sexual na sociedade, bem como lacunas na formação de assistentes sociais para trabalhar com a comunidade gay e lésbica.

Outro estudo analisou 55 artigos sobre homossexualidade e Serviço Social, publicados entre 1998 e 2012 nos mesmos periódicos mencionados no estudo anterior. Concluiu-se que houve uma diminuição na quantidade de estudos sobre HIV/aids, enquanto aumentaram as pesquisas sobre a juventude LGBT, também em perspectiva individual. Identificou-se a falta de estudos sobre a sociedade heterossexualista, a ocorrência de preconceito entre estudantes de Serviço Social em relação às pessoas LGBT e que a escassez das publicações na área pode prejudicar as intervenções da categoria profissional junto à comunidade homossexual (Pelts; Rolbiek; Albright, 2014, p. 136-137).

Por fim, Nothdurfter e Nagy (2016, p. 2240-2241) analisaram 21 artigos sobre homossexualidade, publicados entre 2010 e 2015, nas cinco maiores revistas de Serviço Social na Europa (*Social Work Education*, *The British Journal of Social Work*, *International Social Work*, *European Journal of Social Work* e *Journal of Social Work*). Concluíram que os estudos discutem a questão da marginalização, embora faltem pesquisas sobre o heterossexismo, e que assistentes sociais com pouco conhecimento

sobre a comunidade LGBT podem ignorar suas especificidades e, assim, colaborar para a perpetuação da opressão social.

Percebe-se, por essas três pesquisas, que o Serviço Social internacional publicou um total de 153 artigos entre 1988 e 2016. À primeira vista, pode parecer um número expressivo de estudos, mas as pesquisas identificaram que a temática LGBT, publicada como artigos científicos, é minoritária na literatura em Serviço Social, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa Ocidental.

No contexto brasileiro, dois estudos analisaram as produções científicas sobre diversidade sexual no Serviço Social.

Duarte e Fernandes (2023, p. 211), por meio de uma revisão integrativa de literatura, analisaram 42 estudos publicados entre 2010 e 2020 e concluíram que estão distribuídos nos seguintes temas: 13 sobre a comunidade LGBT; 11 sobre transexualidade; 8 sobre Direitos LGBT; 5 sobre Homossexualidade; 3 sobre Políticas LGBT e 2 sobre Travestilidades.

Outra pesquisa, uma revisão integrativa de 12 artigos, analisou a produção científica sobre as políticas públicas LGBT. Concluiu-se que a produção se concentra entre duas temáticas principais: o processo de elaboração, implementação e avaliação das políticas e uma abordagem queer, que focaliza o ativismo e as relações de poder dentro e sobre a comunidade LGBT (Souza Júnior; Mendes, 2020, p. 648).

A partir da análise desses estudos, percebe-se que as pesquisas internacionais não estão fundamentadas em uma perspectiva dialético-crítica, pois focalizam o fenômeno em seu aspecto individual, dissociado do modo de produção capitalista. Por sua vez, o Serviço Social brasileiro, ao tratar dessa questão, também carece de análises na perspectiva dialética. Assim, observa-se o predomínio de análises contrarrevolucionárias sobre a diversidade sexual, pautadas por perspectivas identitárias.

Tal abordagem está alinhada à classe dominante, centralizada no empoderamento individual e denominada “identitarismo”. Como os meios de produção material e ideológica encontram-se sob o domínio da classe exploradora, o identitarismo tende a ser a forma de análise hegemônica, enquanto as “pautas antiopressão” tendem a ser suprimidas, por estarem relacionadas à classe explorada e fundamentadas na luta contra todas as opressões na busca de acessos universais. Trata-se de uma abordagem que busca a totalidade, tendo em vista a transformação de nossa sociedade (Fernandes, 2018).

Diante de pesquisas que privilegiam o identitarismo e reforçam o modo de produção capitalista, entende-se que esta pesquisa deve se localizar nas lutas da classe trabalhadora.

Portanto, ela está associada aos interesses dessa classe para criticar radicalmente a sociedade burguesa e fomentar a revolução; ultrapassa a aparência e apreende a essência dos processos sociais; orienta as lutas para eliminar todas as formas de exploração e opressão de um ser humano pelo outro; e defende a produção material para atender as necessidades humanas ao invés de produzir mais valor (Tonet, 2020, p. 13-16).

Diante do exposto, os objetivos desta pesquisa ficaram assim constituídos:

- **Objetivo geral:** analisar de forma dialética a diversidade sexual e de gênero e os centros de Referência LGBT;
- **Objetivos específicos:** identificar e analisar dialeticamente os debates empreendidos em fontes que discutem a diversidade sexual e de gênero; identificar e analisar diaeticamente os debates empreendidos em fontes que abordam os centros de Referência LGBT.

Ressalta-se que o objetivo principal foi elaborado com base em duas dimensões, a literatura e os centros de referência, pois não basta analisar o que é debatido em publicações científicas sem analisar também os espaços sócio-ocupacionais que atendem à comunidade LGBT, considerando que o Serviço Social é uma profissão intervenciva.

Logo, não basta desvendar o real; é necessário, ao mesmo tempo, propor processos intervencionistas. Destaca-se que tal método parte da análise da realidade para intervir na realidade (Prates, 2012, p. 12).

Além disso, o exercício investigativo do pesquisador acadêmico requer, além do conhecimento do método de Marx, o saber a respeito das técnicas de pesquisa (Netto, 2009, p. 32). Assim, a técnica de pesquisa utilizada foi o Estado da Arte, fundamentada no materialismo histórico-dialético.

Desenvolvimento

O Estado da Arte é uma técnica de pesquisa utilizada em investigações cujo objetivo é compreender o estado do conhecimento mediante a organização de um conjunto de estudos (Soares, 1982, p. 3 *apud* Ferreira, 2002, p. 259), considerando-os nos contextos culturais, políticos e sociais em que foram escritos (Becerra, 2004, p. 40), para a identificação de suas tendências e lacunas (Vargas; Calvo, 1987 *apud* Montoya, 2005, p. 74). Sua operacionalização ocorre em duas fases:

- a) Identificação: é o mapeamento da produção de conhecimento em um período delimitado, no qual se discute a data de publicação dos estudos, o local em que foram escritos e quem os escreveu (Ferreira, 2002, p. 265);
- b) Inventário: consiste na análise das tendências, teorias, metodologias e temas dos textos analisados, bem como das aproximações ou diferenciações entre eles e das lacunas do conhecimento produzido. Essa análise é elaborada a partir de um debate sobre a opção teórica manifesta, o tema anunciado, o objetivo explicitado e o procedimento metodológico adotado pelos estudos (Ferreira, 2002, p. 268).

O desenvolvimento do capitalismo contemporâneo é delimitado como marco cronológico desta pesquisa, uma vez que está fundamentada no materialismo histórico-dialético. O início do período temporal precisa ser um momento importante na dinâmica do modo de produção. Tal momento foi definido como a década de 1970, por ser o início da Terceira Fase do Estágio Imperialista.

Para Netto e Braz (2012, p. 226), essa terceira fase se inicia no longo processo de recessão generalizada a partir de 1974–1975, que pressionou o capital a responder por meio da Reestruturação Produtiva, da *Financeirização* e da *Ideologia Neoliberal*.

A Reestruturação Produtiva alterou o processo de acumulação rígido, característico do taylorismo-fordismo, em direção ao processo de acumulação flexível, visando reorganizar a produção por meio da desterritorialização das unidades produtivas e da adoção do toyotismo, para que a burguesia recupere capital (Netto; Braz, 2012, p. 227-228). Essa desterritorialização desloca as unidades produtivas do centro para a periferia do sistema, onde a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa por causa ao seu baixo preço, à ausência de legislação protetora do trabalho e ao enfraquecimento da luta sindical (Netto; Braz, 2012, p. 228).

O toyotismo, por sua vez, alterou o controle da força de trabalho pelo capital ao estabelecer relações de trabalho que aproximam a empresa de uma instituição familiar, fazendo com que os trabalhadores deixem de se identificar como tal e passem a se referir a si mesmos como colaboradores, o que enfraquece sua consciência de classe (Netto; Braz, 2012, p. 229).

A financeirização representa um movimento de controle dos serviços pela lógica industrial, por meio da mecanização, padronização, superespecialização e fragmentação (Netto; Braz, 2012, p. 234). A ideologia neoliberal consiste no processo de disseminação da competitividade entre os seres humanos, em uma sociedade na qual a desigualdade é naturalizada. Trata-se de uma estratégia patrocinada pelas burguesias e amplamente divulgada por seus aparelhos ideológicos para legitimar a retirada de direitos sociais conquistados pelos trabalhadores na luta de classes (Netto; Braz, 2012, p. 238-239).

A partir desse panorama histórico, foram desenvolvidas a identificação da diversidade sexual e de gênero, o seu inventário, a identificação sobre os centros de referência LGBT e o seu inventário.

Para a identificação da diversidade sexual e de gênero, foram selecionadas nove fontes a partir da revisão de literatura: seis capítulos de livro (três em inglês e três em português) e três artigos (dois em português e um inglês):

- A primeira fonte é um capítulo de livro em inglês, intitulado *Capitalismo e Identidade Gay*, publicado originalmente em 1983 e republicado em 2007, de autoria de Démilio. O capítulo discute a formação da identidade gay por meio da expansão do trabalho assalariado nas cidades;
- A segunda fonte é outro capítulo de livro em inglês, denominado *A invenção da heterossexualidade*, publicado em 2001, de autoria de Katz. O texto debate a formação da identidade heterossexual no capitalismo monopolista;

- A terceira fonte é um artigo em inglês chamado *A fratura das identidades LGBT no capitalismo neoliberal*, publicado em 2011, de autoria de Drucker. O artigo reflete sobre a precarização das condições de vida e trabalho das pessoas LGBT, causada pela reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal;
- A quarta fonte é um capítulo de livro em inglês chamado *Fordismo e a Identidade Gay*, publicado em 2015 e de autoria de Drucker. O capítulo debate a formação da identidade gay no mercado de consumo fordista, tanto no centro quanto na periferia do capital (Argentina, Brasil e Tailândia);
- A quinta fonte é um tópico de um capítulo de livro nacional, integrante da Biblioteca Básica de Serviço Social, denominado *Família hetero patriarcal monogâmica e o controle sobre as mulheres e a população LGBT*, publicado em 2018, de autoria de Cisne e Santos. Embora não discuta diretamente a questão LGBT, o texto aborda a função ideológica da família no capitalismo;
- A sexta fonte é outro tópico do livro anterior, chamado *Diversidade sexual e violência LGBTfóbica*. Esse tópico debate a violência LGBTfóbica em três aspectos: fobia, violência e crimes de ódio;
- A sétima fonte consiste em dois tópicos de um mesmo capítulo do mesmo livro, denominados *Serviço Social e diversidade sexual* e *As entidades nacionais da categoria e a questão da diversidade sexual*. O primeiro tópico debate o reconhecimento contraditório da diversidade sexual pelo Serviço Social, explicando que o que impulsiona a temática na categoria profissional é o tema das violações de direitos, as pesquisas de assistentes sociais na área e a existência de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social LGBT. Em segundo lugar, discute brevemente as Resoluções do CFESS-CRESS na área, relacionando-as com o projeto ético-político;
- A oitava fonte é um artigo em português, chamado *A sexualidade é uma questão política: a IV internacional e a luta pela libertação das LGBT*, publicado em 2019, de autoria de Machado. O artigo debate a importância da sexualidade como uma questão política coletiva e a participação das pessoas LGBT na esquerda, lutando pelo socialismo;
- E a nona fonte é outro artigo em português, denominado *Trabalho e diversidade sexual e de gênero*, publicado em 2020, de autoria de Souza. Esse artigo discute a precarização da venda da força de trabalho LGBT na forma do empreendedorismo e informalidade em tempos de acumulação flexível.

Essas novas fontes selecionadas foram publicadas no período de 1983 a 2020: uma produção na década de 1980; uma na década de 2000; seis na década de 2010 e uma na década de 2020. O início das publicações na década de 1980 pode significar que, a partir da terceira fase do imperialismo, pesquisadores começaram a refletir sobre as implicações desse contexto para a comunidade LGBT.



Observa-se a ausência de publicações na década de 1990, o que pode refletir o início da hegemonia da tese do “fim da história” — argumentação utilizada pelos detentores dos meios de produção para indicar a vitória do capitalismo sobre a principal experiência socialista, finalizada em 1991 com o colapso da União Soviética. O impacto do retorno do capitalismo no primeiro país a fazer uma revolução socialista pode ter diminuído a produção acadêmica contra-hegemônica em um contexto em que o socialismo estava na defensiva.

Na década seguinte, de 2000 a 2009, ocorreu um renascimento das publicações, indicando o início de uma resistência à tese do “fim da história”. Somente na década de 2010 houve um expressivo crescimento de publicações (seis), expressando um efetivo renascimento de publicações marxistas na área. Esse aumento pode ser atribuído ao fortalecimento do movimento de resistência da década anterior, à medida em que a tese do “fim da história” perdeu consistência e as contradições da realidade exigiram outras abordagens filosóficas para a sua análise.

A década de 2020 foi aquela que seguiu à crise de 2008, que teve impactos negativos nas condições de vida da classe trabalhadora, levando o capital a intensificar sua ofensiva em busca de recuperação das taxas de lucros. Nesse contexto, observa-se um número reduzido de publicações, tendo em vista o avanço do fascismo a serviço do capital, manifestado por meio de práticas e discursos com linguagem autoritária, tentativas de militarização da política e retóricas nacionalista que deslegitimam minorias e/ou opositores, em países como Brasil, Estados Unidos, Itália e Hungria.

Na fase do inventário sobre a diversidade sexual e de gênero, foram abordadas lacunas e tendências do conhecimento, bem como o contexto em que foram produzidos.

A principal lacuna identificada refere-se à falta de abordagem da teoria marxista da dependência como parte da tradição marxista da América Latina, para qualificar o debate das particularidades do capitalismo periférico nessa região, que poderia abranger a superexploração da força de trabalho, por exemplo. Foram identificadas quatro tendências:

- A primeira tendência identificou um processo de historicização das identidades sexuais, heterossexualidade e homossexualidade, ou seja, sua apreensão a partir das relações sociais capitalistas. Situá-las é importante para compreendermos o seu movimento e relações com o modo de produção, principalmente porque, tradicionalmente essas identidades são abordadas de formas distintas: a identidade homossexual na forma trans histórica, existente em todos os períodos de forma marginalizada e a heterossexualidade como a-histórica, natural;
- A segunda tendência identificada, presente mediante as pesquisas de Drucker (2011, 2015), relaciona os diversos modos de produção capitalista, fordismo e neoliberalismo, não só no processo de formação das identidades, mas na deterioração das condições de vida e trabalho de LGBT. Essa deterioração é compreendida em sua condição de trabalhadores que vendem sua força de trabalho, em interseção com raça e gênero, sob uma perspectiva de totalidade, em uma dinâmica que não fragmenta a identidade, que comprehende o seu caráter dialético de classe-raça-gênero, que realmente expressa todo o processo de lutas que essas pessoas enfrentam na luta de classes;

- A terceira tendência, intitulada *articulação LGBT à esquerda*, debate a importância da luta coletiva pela libertação da sexualidade enquanto questão política e não apenas privada. Discute, também, o protagonismo do socialismo na questão da diversidade sexual, tanto em experiências passadas (União Soviética) quanto em contextos atuais (Cuba e os avanços legais que muitos países capitalistas não alcançaram);
- A quarta tendência, denominada *Fascismo à serviço do capital*, debate o contexto em que a diversidade sexual e de gênero está inserida.

Para Ricardo Antunes (2019, p. 6-7), o processo de ofensiva da extrema-direita tem suas raízes nas contrarrevoluções preventivas efetuadas pelas burguesias mundiais em três momentos: na década de 1970, em âmbito internacional, diante da crise estrutural do capital; e em 1964 e 2016, no Brasil. O golpe político de 2016, no Brasil, por meio do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, ampliou o processo de privatização, a hegemonia do capital financeiro e a demolição dos direitos trabalhistas.

O sociólogo avança em sua análise ao indicar as razões pelas quais o projeto de destruição da classe trabalhadora foi intensificado pelo presidente Jair Bolsonaro a partir de 2019. Sua escolha pela burguesia reside no fato de que sua vida pública consistiu em ofender grupos oprimidos, como negros, mulheres e LGBT (Antunes, 2019, p. 12).

A destruição dos direitos trabalhistas ocorre em um contexto de agudização da exploração da força de trabalho, de forma que a ascensão da extrema-direita não pode ser compreendida fora do processo de acumulação de capital.

Em relação à identificação dos centros de referência LGBT, criados a partir de 2003, foram selecionadas nove fontes a partir da revisão de literatura: quatro documentos, três artigos e dois capítulos de livro, todos em português:

- A primeira fonte é um documento elaborado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, publicado em 2008, como texto-base da Conferência Nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, denominado *Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais*. O documento menciona a existência de quarenta e quatro centros de referência no Brasil, embora não descreva seus nomes, locais ou equipes responsáveis pelos serviços;
- A segunda fonte é outro documento elaborado pela mesma Secretaria, publicado em 2011, como texto-base da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e de Direitos Humanos LGBT, chamada *Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. Fez referência a trinta e nove centros de referência entre os anos de 2009 a 2010, sem mencionar suas localidades ou equipes;
- A terceira fonte é um artigo, publicado em 2012, da autoria de Mello, Brito e Maroja, denominado *Políticas Públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades*. Denuncia que as políticas públicas LGBT enfrentam dificuldades jurídicas por falta de normativas, administrativas, financeiras e de recursos humanos;

- A quarta fonte é outro artigo publicado em 2012, da autoria de Mello, Avelar e Maroja, chamado *Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil*. Debate a questão da falta de financiamento das políticas públicas LGBT;
- A quinta fonte é um artigo publicado em 2014, de autoria de Irineu, denominado *10 anos do Programa Brasil sem Homofobia: notas críticas*. Destaca o processo conturbado de participação social devida a disputas entre identidades e demandas na comunidade LGBT;
- A sexta fonte é um documento publicado em 2016, de autoria do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos da População LGBT, intitulado o *Relatório Final da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e de Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. Pela primeira vez, um texto das conferências não menciona uma estimativa do número de centros;
- A sétima fonte é um capítulo de livro de autoria de Mello e Braz (2020), chamado *Entre o desmonte e a resistência: reflexões críticas sobre cidadania, direitos humanos e políticas públicas para a população LGBTT no Brasil contemporâneo*. Caracteriza o governo de Jair Bolsonaro como um governo entrópico para as políticas de gênero e sexualidade;
- A oitava fonte é um documento publicado em 2023 pelo Programa Atena, denominado *Mapeamento de políticas públicas LGBTI+ nos governos estaduais e distrito federal*. Faz menção a existência de trinta e sete centros distribuídos em cinco Estados brasileiros;
- A nona fonte é um capítulo de autoria de Irineu (2023), chamado *Apagamento, desproteção social e política de extermínio: marcas da violência de Estado contra pessoas LGBTI+ no Brasil*. Denuncia que a ex-ministra Damares, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, não utilizou recursos que já estavam planejados e aprovados para a comunidade LGBT.

A existência de um estudo na década de 2000 se justifica pelo fato de essa ter sido a década inicial de políticas públicas LGBT. Em 2003, o primeiro centro de referência LGBT foi criado na cidade de Campinas (SP), por meio do orçamento participativo, o que demandou um equipamento social com assistentes sociais, psicólogos e advogados para atender às demandas da comunidade LGBT local. Somente em 2004 foi lançado, pelo Poder Executivo, o Programa Brasil sem Homofobia, com a proposta de ampliar o número de centros pelo país. Após a criação dos centros, na década de 2010, foram elaborados os primeiros estudos para analisar as políticas públicas LGBT.

Na década de 2020, por sua vez, teve início, durante o governo de Jair Bolsonaro, um período marcado por discursos contrários às ciências, a grupos estigmatizados e favoráveis a um projeto fascista. Por isso, os estudos desse período trazem análises drásticas sobre as políticas públicas LGBT. Como o primeiro centro de referência LGBT foi criado em 2003, em 2023 se completaram 20 anos dessa política pública.

O número de centros oscilou durante o período a partir de 2003, com a criação do primeiro no município de Campinas (SP), por meio do orçamento participativo. O número de centros atingiu o ápice no ano seguinte, 2004, com quarenta e quatro unidades, coincidindo com o lançamento

do Programa Brasil sem Homofobia, pelo Poder Executivo. Em 2017, com trinta e um centros (treze no Nordeste, dez no Sudeste, cinco no Centro-Oeste, dois no Norte e um no Sul), há uma queda do número de centros em relação a 2004, que pode ser explicado desde a crise de 2008 até o aprofundamento do fascismo a partir de 2016.

A maior queda do número de centros ocorreu em 2022, em pleno governo fascista de Jair Bolsonaro, chegando a 16 unidades. Embora o número de centros seja trinta e sete em 2023, estão concentrados em poucos Estados brasileiros: Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco, Piauí e Mato Grosso do Sul.

Pode-se observar, nesse processo, que houve duas décadas de crescimento das políticas públicas LGBT, iniciando-se com uma experiência de participação social em uma cidade do interior do Estado de São Paulo, governada pelo Partido dos Trabalhadores, seguida de uma expansão dos centros pelo Brasil durante os dois primeiros governos do Partido dos Trabalhadores.

Após essas décadas de crescimento, ocorreu uma diminuição expressiva em 2022, em pleno governo fascista, em uma conjuntura de concentração de centros em poucos Estados que conseguiram mobilizar seus legislativos para aprovar leis que sustentassem financeiramente essas políticas, diante do avanço da fascistização da sociedade brasileira.

Como em 2004 havia quarenta e quatro centros e, em 2023, restam trinta e sete concentrados em poucos Estados, pode-se constatar que a maioria das unidades da Federação não possui nenhum centro, evidenciando que os serviços não conseguiram resistir. Isso revela a falta de apoio político e econômico para sua implementação e manutenção como espaços essenciais para a concretização da política social voltada à população LGBT.

Fica evidente, também, a falta de financiamento suficiente para garantir a estrutura física e os recursos humanos necessários para prestar assistência psicológica, social e jurídica junto à comunidade LGBT.

Esse processo de construção de políticas públicas LGBT foi permeado por fragilidades institucionais, pois tratava-se de políticas de governo e não de Estado, com escassez de recursos previstos em peças legislativas orçamentárias e poucos servidores permanentes especializados para a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação. Além disso, os centros eram instâncias do Poder Executivo, pois o Poder Legislativo tem se mostrado refratário às demandas da população LGBT por causa do fundamentalismo religioso cristão (Feitosa, 2017, p. 77).

Em relação às políticas públicas LGBT em geral, o tema das discussões foi a sua destruição, em especial a partir do governo Jair Bolsonaro, político cuja história sempre atentou contra os direitos de pessoas LGBT.

As lacunas identificadas sobre os Centros de Referência LGBT brasileiros referem-se à falta de dados sobre quais serviços, de fato, funcionam, dificultando a elaboração de um documento que sirva como guia para a divulgação de suas atividades. As fontes analisadas também não conseguiram sistematizar uma lista atualizada de centros em funcionamento no país.



De acordo com o site oficial do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, ocorreu, entre 9 e 11 de outubro de 2023, em Fortaleza, o 1º Encontro Nacional de Centros de Cidadania LGBTQIA+, cujos participantes foram gestores públicos, profissionais e usuários dos centros. Conforme a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, Symmy Larrat, o evento teve como objetivo conectar o governo aos centros, avaliar o seu funcionamento e incluí-los na construção da Política Nacional LGBTQIA+.

Observa-se que não há um relatório sobre esse Encontro no site oficial do Ministério e, apesar de tentativas de comunicação com o Ministério e a Secretaria sobre o assunto, não se obteve resposta.

No ano de 2024, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania lançou o *Cadernos LGBTQIA+ Volume 1 – Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+*. O documento recomenda a criação dos centros de Cidadania LGBTQIA+ como serviços públicos específicos, com profissionais com conhecimentos sobre as singularidades que marcam as vulnerabilidades desse grupo social (Brasil, 2024, p. 25). Ademais, afirma que esses serviços são importantes não só para o enfrentamento da violência, mas também para permitir a aproximação dessa população aos demais serviços públicos municipais e estaduais (Brasil, 2024, p. 26).

Por fim, defende-se a institucionalização dessas políticas e sua transformação em Políticas de Estado, mediante a construção de atos normativos que fundamentem e forneçam diretrizes para sua atuação acolhedora (Brasil, 2024, p. 26).

É importante considerar que essa publicação de 2024, apesar de enfatizar o papel dos Centros de Referência, não oferece uma listagem deles. Conhecer a localização de cada Centro é fundamental para que a população possa acessá-los.

Entende-se que a operacionalização dos centros não depende apenas de atos normativos, mas também de uma mudança radical na política econômica, incluindo a necessidade imediata da revogação do arcabouço fiscal e a reorientação da destinação da maioria dos recursos que atualmente para o capital financeiro, direcionando-os para as necessidades reais da maioria da população.

Diante do exposto, o florescimento da extrema-direita brasileira implicou processo de desumanização da população lésbica, gay, bissexual, travesti e transgênero (LGBT) durante o governo Jair Bolsonaro.

Considerações finais

O principal objetivo da pesquisa que originou a tese foi analisar de forma dialética a diversidade sexual e de gênero e os centros de referência LGBT.

O Estado da Arte sobre a diversidade sexual e de gênero indicou a tendência da historicização as identidades sexuais, homo e heterossexualidade, em seus movimentos e processos de lutas sociais, dentro da luta de classes. Indicou também que a base material para o surgimento dessas



identidades foi o modo de produção capitalista e que seu desenvolvimento se relaciona com o fordismo e o toyotismo. Ressaltou-se a importância de enfatizar a comunidade LGBT trabalhadora na luta de classes, na relação dialética exploração-opressão. Como lacuna, identificou-se a falta de um referencial da tradição marxista latino-americano para abordar as relações na periferia do capital, como a Teoria Marxista da Dependência.

Também se identificou como segunda tendência o processo de precarização das condições de vida e trabalho mediante a reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal. Como terceira tendência, destacou-se a necessidade da luta LGBT estar articulada à luta pelo socialismo, evidenciando as conquistas das pautas LGBT passadas e presentes. E como quarta tendência, identificou-se o fascismo a serviço do capital como o contexto em que estamos inseridos, em que as lutas precisam ser travadas, com base em uma análise material, histórica e dialética do mundo e do Brasil.

O Estado da Arte sobre os Centros de Referência LGBT indica não só a importância da reconstrução das políticas públicas LGBT, principalmente após a destruição perpetrada pelo governo Jair Bolsonaro, mas também a diminuição expressiva de Centros de Referência LGBT entre 2004 e 2023, de quarenta e quatro para trinta e sete centros.

Pôde-se identificar, assim, uma primeira tendência que relaciona as dificuldades na operacionalização das políticas públicas como resultado da ofensiva do capital, e uma segunda tendência que aponta para o desmonte dessas políticas como resultando do mesmo processo. As lacunas identificadas foram a falta de abordagem sobre a estrutura, além da ausência de uma lista atualizada desses centros, com o intuito de colaborar com a resistência e reconstrução desses espaços, sobretudo na perspectiva da terceira fase do imperialismo.

Enfim, este capítulo está finalizado na esperança de que suas contribuições sirvam como instrumento de luta por outra sociedade. Almeja-se que o Serviço Social sobrepuje o identitarismo ou vertentes ainda mais abstratas, como o Serviço Social Clínico, na abordagem da comunidade LGBT. Acredita-se que a luta, em todas as esferas, é tudo o que resta, pois não é possível ser feliz enquanto 99% da população planetária é explorada-oprimida.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. The Preemptive Counterrevolution and the Rise of the Far Right in Brazil. *Monthly Review*, 1 jul. 2019. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2019/07/01/the-preemptive-counterrevolution-and-the-rise-of-the-far-right-in-brazil/>. Acesso em: 17 jul. 2023.

BENEVIDES, B. G. (coord.). **Dossié:** assassinatos e violências contra travestis e transsexuais brasileiras em 2022. Brasília: Distrito Drag; Antra, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Cadernos LGBTQIA+**: Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024. v. 1.

DUARTE, M. J. O.; FERNANDES, C. P. Serviço Social e Diversidade Sexual: O Estado da Arte. In: DUARTE, M. J. O. et al. (org.) **Sexualidades & Serviço Social**: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2023. p. 202-223.

FEITOSA, C. Direitos Humanos, Projetos Políticos, Trajetórias individuais e Cidadania LGBT. In: FEITOSA, C. (org.). **Políticas públicas LGBT e a construção democrática no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017. p. 31-84.

FERNANDES, S. O problema do identitarismo. **YouTube**, 28 dez. 2018. 26min11s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4b3StHWY1ms>. Acesso em: 21 set. 2024.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. DOI: 10.1590/S0101-73302002000300013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp>. Acesso em: 5 ago. 2022.

MONTOYA, N. P. M. ¿Qué es el estado del arte? **Ciencia y Tecnología para la Salud Visual y Ocular**, Colômbia, v. 3, n. 5, p. 72-75, 2005. DOI: 10.19052/sv.1666. Disponível em: <https://saludvisual.lasalle.edu.co/article/view/1788>. Acesso em: 1 jul. 2022.

NETTO, J. P. Introdução ao Método da Teoria Social. In: CFESS (org.). **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS; ABEPPS, 2009. p. 1-38.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. O Capitalismo Contemporâneo. In: NETTO, J. P.; BRAZ, M. (org.). **Economia Política**: uma introdução. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 223-254.

NOTHDURFTER, U.; NAGY, A. Few and far from radical? LGBT-related contributions in European Social Work Journal Publishing. **British Journal of Social Work**, v. 46, p. 2227-2244, 2016.

PELTS, M.; ROLBIECKI, A.; ALBRIGHT, D. An update to “Among the missing: Lesbian and gay content in social work journals”. **Social Work**, v. 59, n. 2, p. 131-138, 2014.

PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma reflexão necessária. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116-128, 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/11647>. Acesso em: 21 jul. 2024.

SOUZA JÚNIOR, C. A. A. S.; MENDES, D. C. Políticas públicas para a população LGBT: uma revisão de estudos sobre o tema. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 19, n. esp., p. 642-655, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/sLppG4k73FFG33g9qJZxWzB>. Acesso em: 8 fev. 2023.

TONET, I. Prefácio. In: FORT, V.; GUERRA, Y. (org.). **Fundamentos filosóficos para o Serviço Social**. Fortaleza: Socialis, 2020. p. 7-18.

VAN VOORHIS, R.; WAGNER, M. ‘Among the missing: Content on lesbian and gay people in social work journals’. **Social Work**, v. 47, n. 4, p. 345-354, 2002.